



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS**

ARIANO FÁGNER FERNANDES FERREIRA

**O USO DIDÁTICO DO COMPUTADOR NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

CAJAZEIRAS – PB

2016

ARIANO FÁGNER FERNANDES FERREIRA

**O USO DIDÁTICO DO COMPUTADOR NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, da Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Cajazeiras, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.

CAJAZEIRAS – PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

F383u Ferreira, Ariano Fágner Fernandes.
O uso didático do computador nas aulas de língua portuguesa do ensino fundamental / Ariano Fágner Fernandes Ferreira. - Cajazeiras, 2016.
91f. : il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Letras – Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2016.

1. Língua portuguesa - ensino. 2. Tecnologias educacionais. 3. Computador. 4. Formação docente. I. Silva, Jorgevaldo de Souza. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

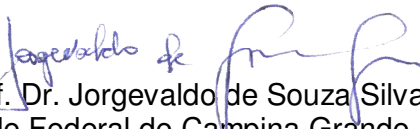
CDU - 811.134.3:37(043.3)


ARIANO FÁGNER FERNANDES FERREIRA


**O USO DIDÁTICO DO COMPUTADOR NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Aprovada em: 12/05/2016

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Orientador


Prof^ª. Dr^ª. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA
Examinadora Externa


Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Examinador Interno

O computador, em si só, como tecnologia, não resolverá os grandes problemas educacionais hoje enfrentados no Brasil. O que ele pode, isto sim, é se tornar agente de substantivas mudanças no processo ensino/aprendizagem, quando usado de maneira adequada.

(Guimarães, A. M.)

À Adenísia Fernandes Ferreira, minha
mãe, por me ensinar a didática mais
sublime – o amor à docência –, através da
sua própria história de vida.

AGRADECIMENTOS

No momento de agradecer, o espaço se mostra restrito, por isso, relaciono aqui aqueles(as) que, mais próximos, estiveram durante o desenvolvimento deste estudo. Dessa forma, agradeço:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva, pela valiosa orientação e paciência, mostrando-me, na prática, que o processo educativo vai além do ensino de conceitos e teorias.

Ao Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro, Coordenador do PROFLETRAS/CFP/UFCG, pelo incentivo constante e pelo apoio que, mesmo à distância, foram imprescindíveis para que eu chegasse até aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação, do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/CFP/UFCG, pelo excelente desempenho e colaboração representados pelos(as) docentes, funcionários – de forma especial à Secretária Lidiane –, e colegas.

À Prof^ª. Dr^ª. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa pela inestimável colaboração como examinadora deste trabalho.

Às Secretarias Municipais de Educação de Brejo do Cruz e Patos, pela concessão de licença.

Às equipes das Escolas Municipais Prof. Manoel Torres e Prof. Manoel de Sousa Oliveira, por torcerem pelo meu sucesso e compreenderem os momentos de ausência.

À Maria José Félix, amiga e colega de trabalho, pela amizade verdadeira, cumplicidade e afeto demonstrado pelos calorosos abraços.

Às colegas de grupo de trabalho do mestrado, Adna, Janaína e, especialmente, Shirley, pela companhia agradável, durante as incontáveis viagens de Patos a Cajazeiras, e pela amizade sincera construída.

Às irmãs Aurileide e, principalmente, Adriana, pelo empréstimo de material o qual foi extremamente relevante.

Aos irmãos Aurino Júnior e, notadamente, Adriano, por se fazer luz quando eu só enxergava escuridão.

Às sobrinhas Ana Beatriz e Maria Clara e ao sobrinho Marques Júnior, por, mesmo sem saber, proporcionarem mais cor e brilho a minha existência.

Aos amigos/irmãos Isaul e Rosinaldo, pela amizade sincera, pelas conversas delongadas e pelo apoio irrestrito, mesmo quando algumas decisões nos distanciavam fisicamente.

À Camila Lucena, pela colaboração de enorme valia com a tradução do resumo para a Língua Inglesa.

Finalmente, aos incontáveis amigos e amigas que, próximos ou distantes, fizeram-se presentes ao torcer pelas minhas conquistas.

RESUMO

A atividade educativa realizada na escola é também uma atividade sociocultural que se encontra exposta à realidade tecnológica e, como consequência, ao processo de fascinação que dela provém. Destarte, mostra-se salutar refletir sobre as possibilidades da cultura tecnológica dialogar com a educação e ser integrada à prática pedagógica pela qual os professores são responsáveis. Dessa forma, o trabalho a seguir é o resultado de uma pesquisa que averiguou como as aulas de Língua Portuguesa são ministradas nos anos finais do Ensino Fundamental com o uso de computadores. Para isso, objetivou-se investigar quais técnicas e/ou práticas metodológicas são utilizadas pelos docentes e se o uso do computador nas aulas de Língua Portuguesa ocorre de forma planejada. O locus dessa investigação foi uma escola pública municipal do interior da Paraíba, contemplada com 505 (quinhentos e cinco) computadores portáteis pelo Programa Um Computador por Aluno – PROUCA, sendo que, através do Grupo Focal (técnica de pesquisa/coleta de dados), foi investigado o ensino/a prática pedagógica de docentes de Língua Portuguesa aliada ao uso de tecnologias educacionais, em especial o computador, nos anos finais do Ensino Fundamental. O trabalho está dividido em seis partes, dentre as quais é possível encontrar discussões acerca das Políticas Públicas de acesso às tecnologias na escola, análises do uso de tecnologias educacionais no contexto de aprendizagem e um estudo teórico acerca do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no âmbito do ensino e da aprendizagem de Língua Portuguesa, considerando as colocações de Freire (2008), Masetto (2009), Mercado (2002), Moran (2009), Selbach (2010), Tardif e Raymond (2000) e outros. Por fim, após a apresentação e a análise dos resultados, segue uma proposta de intervenção, voltada para o aprimoramento da prática pedagógica aliada ao uso de tecnologias educacionais, que pode ser realizada com docentes de Língua Portuguesa e das mais variadas áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Língua Portuguesa. Tecnologias Educacionais. Computador. Formação Docente.

ABSTRACT

Educational activities carried out at school are also sociocultural activities, which are exposed to technological reality and, as a consequence, to the fascination process which comes from it. Thus, it is healthy to reflect on the possibilities of a dialogue between the technological culture and the education and also the chance of integrating this technological culture to the pedagogical practice which teachers are responsible for. Therefore, this work is the result of a research which investigated how Portuguese lessons are taught, with the use of computers, at the final years of Primary School. In this regard, the aim was to investigate which methodological techniques and/ or practices are used by teachers and if the use of computers in Portuguese classes occurs in a planned way. The locus of this investigation was a public school located in the interior of Paraíba State, which received 505 (five hundred and five) portable computers through the Programa Um Computador por Aluno – PROUCA - program, and by the Grupo Focal (technique research / data collection), it was investigated the teaching / pedagogical practice of Portuguese teachers together with the use of educational technologies, particularly the use of computers, at the final years of Primary school. The work is divided in six parts and within them it is possible to find discussions about Public Policies of access to technologies at school, analysis of the use of technological educations in the learning context and a theoretical study concerning the use of Information and Communication Technologies – TIC regarding the teaching and learning of Portuguese, considering inputs by Freire (2008), Masetto (2009), Mercado (2002), Moran (2009), Selbach (2010), Tardif and Raymond (2000) among others. Conclusively, after the presentation and analysis of the results, it is proposed an intervention towards the development of the pedagogical practice allied to the use of educational technologies, which can be accomplished with Portuguese teachers as well as the ones from the most varied knowledge areas.

KEY-WORDS: Portuguese teaching. Educational Technologies. Computer. Teacher Training.

LISTA DE SIGLAS

CenPRA – Centro de Pesquisa Renato Archer

CERTI – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FacTI – Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

GT – Grupo de Trabalho

IES – Instituições de Ensino Superior

LSI – Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico

MEC – Ministério da Educação

NTE – Núcleos de Tecnologias Educacionais

OLPC – Um Laptop Para cada Criança

PBLE – Programa Banda Larga nas Escolas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNBL – Programa Nacional de Banda Larga

PPP – Projeto Político Pedagógico

ProInfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional

Prouca – Programa Um Computador por Aluno

SE – Secretaria(s) de Educação

SEED – Secretaria de Educação a Distância

TE – Tecnologia(s) Educacional(is)

TIC – Tecnologia(s) da Informação e Comunicação

UCA – Um Computador por Aluno

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ÀS TECNOLOGIAS NA ESCOLA	18
2.1 Histórico do Programa Um Computador por Aluno (Prouca)	21
3 O USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DE APRENDIZAGEM	24
4 O ENSINO E A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA MEDIADOS PELAS TIC NA ESCOLA	28
4.1 Tecnologias Educacionais e o Ensino de Língua Portuguesa	30
5 METODOLOGIA	33
5.1 Percurso Metodológico: apresentação e análise dos dados	35
6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: OFICINA DE UTILIZAÇÃO DAS TIC NA PRÁTICA ESCOLAR	40
6.1 Apresentação	40
6.2 Público-Alvo	41
6.3 Duração	42
6.4 Objetivos	42
6.4.1 Objetivo Geral	42
6.4.2 Objetivos Específicos	42
6.5 Percurso Metodológico	43
6.6 Recursos Didáticos	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

APÊNDICES	50
APÊNDICE A – REQUERIMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	51
APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ..	52
APÊNDICE C – SLIDE PRODUZIDO PARA A CONDUÇÃO DA OFICINA	54
APÊNDICE D – MODELO DE PLANO DE AULA	83
ANEXOS	85
ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA	86
ANEXO B – LEI Nº 12.249, DE 10 DE JUNHO DE 2010	87
ANEXO C – VÍDEO UTILIZADO PARA MOTIVAÇÃO NA OFICINA	91

1 INTRODUÇÃO

O processo de comunicação é inerente ao homem desde épocas remotas. O que tem mudado são as formas de se comunicar. Após o advento tecnológico, tornou-se inegável a revolução da comunicação. Em pleno século XXI, vive-se o fortalecimento da chamada comunicação digital, cuja participação se estende, cada vez mais, no cotidiano de pessoas das mais variadas idades e condições sociais.

Grande parte do que mais se tem discutido sobre as tecnologias, inclusive no âmbito educacional, versa sobre as mídias eletrônicas e digitais, as linguagens e as redes comunicativas provenientes dos suportes de difusão da informação, como o rádio, o jornal, o cinema, a televisão, assim como os equipamentos da época digital – computadores e conexões via internet.

Sabe-se que os aparatos supracitados impuseram, e ainda impõem, grandes transformações sociais e alteram, de forma marcante e decisiva, os mais variados aspectos da cultura humana. No entanto, pode-se explicitar que as tecnologias existentes na atualidade não surgiram sem precedentes, ou seja, outras tecnologias, no passado da humanidade, conduziram mudanças importantes e, inclusive, necessárias ao resultado da tecnologia de hoje – é o caso da invenção da escrita e, como corolário, da imprensa.

Desse modo, ao se viver em um mundo repleto de aparelhos tecnológicos, os que não dominam a tecnologia terão dificuldades em realizar procedimentos nos mais variados níveis de interação social, como, sem dúvida, tiveram os que ainda não dominavam o código escrito no período o qual predominava a oralidade como forma de comunicação.

Em meio a inúmeras mudanças e transformações, é possível notar que uma das grandes diferenças entre os avanços da humanidade é que, em outros tempos, as alterações eram mais sutis e ocorriam com menor frequência, fato que, talvez, não proporcionava a eminente sensação de obsoleto e ultrapassado que muitos sentem na atualidade por não terem proficiência com os mais variados equipamentos tecnológicos existentes.

Destarte, torna-se certo afirmar que, na contemporaneidade, vive-se de forma sobressalente a influência das tecnologias nas diversas atividades socioculturais. As tecnologias e seus mais variados instrumentos têm presença

determinante no trabalho, no cotidiano e no lazer das pessoas, mostrando-se, quase sempre, irresistível; fato que pode revelar o avolumado e frenético consumo da tecnologia.

Dessa forma, sendo a atividade educativa realizada na escola também uma atividade sociocultural, que igualmente se encontra exposta à realidade tecnológica e, como consequência, ao processo de fascinação que dela provém, mostra-se salutar refletir sobre as possibilidades dessa nova cultura dialogar com a educação e ser integrada ao processo e/ou prática pedagógica pelos quais os professores são responsáveis.

Outrossim, faz-se necessário elucidar que a reflexão, imprescindível ao diálogo entre tecnologia e educação, ocorra de forma crítica, pois, somente neste sentido, torna-se possível vislumbrar a noção de que as tecnologias não serão utilizadas na sala de aula apenas como mais um recurso para tornar a aula interessante e entreter os alunos. Ao contrário, espera-se que a reflexão crítica proporcione a efetivação do conceito pedagógico de Tecnologia Educacional (TE), que pode ser representado pela aplicabilidade das tecnologias de forma racional e planejada com o intuito permanente de renovação educacional.

Em meio a tais discussões, apresenta-se a necessidade de reflexão a respeito da democratização das tecnologias, sobre a qual é possível afirmar que o próprio desenvolvimento tecnológico permite cada vez mais o barateamento dos meios de produção e aumentam as possibilidades de as pessoas possuírem os mais diversos aparatos tecnológicos. Além disso, o acesso à tecnologia praticamente se tornou unívoco à participação efetiva na sociedade, sendo que a inclusão digital ganhou destaque nas políticas públicas brasileiras como forma de gerar o enriquecimento cultural e educacional da população.

Mostra-se como um exemplo a constante preocupação do Estado em garantir o acesso à tecnologia nas escolas públicas brasileiras o Programa Um Computador por Aluno (Prouca), agenciado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com outros ministérios, que tem por objetivo promover a inclusão digital nas escolas públicas através da aquisição de computadores para uso educacional, cerca de 150 mil *laptops*¹ para alunos de 300 escolas públicas de várias regiões do Brasil.

¹ Computador portátil, leve, projetado para ser transportado e utilizado em diferentes lugares com facilidade. A expressão “laptop” deriva da aglutinação dos termos em inglês *lap* (colo) e *top* (em cima), significando “em cima do colo”.

Ao considerar o atual quadro da educação no Brasil e as transformações pelas quais passa o sistema educacional, é possível notar o surgimento de um novo cenário, como as propostas de avaliação do MEC – Prova Brasil e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo. Tais avaliações rompem com velhas perspectivas avaliativas e passam a considerar diretrizes político-pedagógicas que propõem a vivência de situações reais de aprendizagem na escola.

O ensino de Língua Portuguesa não se exime de tais transformações, uma vez que propõe a análise de uma variedade de situações comunicativas através do emprego de um conjunto de textos diversos – notícias de jornal, cartas, charges, textos técnicos, literários, opinativos e muitos outros –, priorizando o enfoque da língua em condições reais de uso e abandonando a perspectiva que avalia os conhecimentos da Língua Portuguesa pelo domínio de regras fixas e que independem do tempo.

Assim, o ensino de Língua Portuguesa rompe com a tradição do saber em que os conteúdos são estanques e passa a considerar competências e habilidades no processo ensino-aprendizagem de leitura e produção escrita que possibilitem ao aprendente o uso da Língua Portuguesa de forma proficiente, permitindo-lhe tecer diálogos entre cultura, ciência, política, arte, religião e outras dimensões da vida em sociedade – como o conhecimento e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Pautando-se nas colocações mencionadas, nos mais variados aspectos da realidade das escolas públicas brasileiras, bem como a partir das incontáveis inquietações e anseios surgidos diariamente com a prática docente, mostrou-se fundamental investigar: como as aulas de Língua Portuguesa são ministradas nos anos finais do Ensino Fundamental com o uso de computadores do Programa Um Computador por Aluno (Prouca)?

Acresce que, a existência de tecnologia na escola não é um fato absolutamente novo, principalmente quando se considera a presença do papel, do lápis e da caneta, do quadro (negro ou branco) e outros aparatos, há um tempo considerável, nas salas de aula. Apesar de muitos professores não considerarem esses instrumentos educacionais como tecnologias, é possível afirmar, com clareza, que os são; não tecnologias eletrônico-digitais, mas tecnologias de grande valia que ainda auxiliam professores e alunos no processo ensino-aprendizagem.

Em relação às tecnologias digitais, como o computador e a internet, sabe-se que, durante muito tempo, ocorreram impasses relativos à necessidade/relevância de utilização na escola, à ausência de aparelhos de informática no meio escolar, bem como um possível receio, por parte dos docentes, de que fossem substituídos pelas máquinas computacionais. Entretanto, pode-se dizer, mesmo de forma comedida, que tais entraves não se encontram totalmente superados, mas já não representam o principal cuidado com esse assunto.

Na realidade, muitas instituições escolares públicas do país se encontram equipadas com tecnologias educacionais de última geração – *tablet*², projetor multimídia, lousa digital interativa –, é o caso de escolas selecionadas pelo projeto Um Computador por Aluno (UCA), cuja principal funcionalidade é a garantia aos alunos de escolas públicas o direito a usar um computador para estudar, aprender e construir conhecimento.

De tal forma, fica nítido o interesse do MEC em proporcionar às escolas a integração à chamada era digital, tornando real e possível a presença das TIC no espaço escolar de uma forma sempre almejada pelos envolvidos na educação: disponibilizando, como o próprio nome do programa ressalta, um computador para cada aluno utilizar no cotidiano da jornada estudantil.

Com isso, pelo menos nas escolas contempladas com o projeto UCA, a falta de instrumentos tecnológicos não se mostra como problema. No entanto, sabe-se que a existência desses aparatos não garante a utilização planejada dos computadores e a conexão produtiva e racional que se espera do uso das tecnologias nos espaços escolares.

Dessa forma, a pesquisa que se propõe encontra respaldo científico e relevância acadêmica uma vez que alvitra investigar as metodologias possíveis e utilizadas pelos docentes nas aulas de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental ao utilizarem os recursos de informática disponibilizados pelo Programa Um Computador por Aluno (PROUCA).

Ademais, pode-se destacar o valor da pesquisa para o campo profissional quando se considera a possibilidade de análise e prováveis considerações acerca da proposta pedagógica escolar em detrimento do diálogo existente entre o ensino

² Também conhecido como tablet PC, é um dispositivo em formato de prancheta que pode ser usado para acesso à internet, visualização de fotos e vídeos, leitura de livros, jornais e revistas e entretenimento com jogos.

de Língua Portuguesa e o uso das Tecnologias Educacionais, em especial o uso do computador.

Para isso, foi preciso conhecer a metodologia utilizada nas aulas de Língua Portuguesa com o uso do computador pelos professores dos anos finais do Ensino Fundamental; verificar o uso planejado do computador nas aulas de língua portuguesa; analisar os planos de curso e de aula de Língua Portuguesa (proposta pedagógica) no tocante aos possíveis métodos e técnicas para o uso do computador; identificar os conteúdos e/ou as competências e habilidades trabalhadas nas aulas de Língua Portuguesa com a utilização do computador; pesquisar os resultados obtidos, com o uso do computador nas aulas de Língua Portuguesa e apresentar uma proposta de intervenção, junto aos docentes, público da pesquisa, com vistas ao aperfeiçoamento do uso das TIC na sala de aula.

Desse modo, percebe-se que as ações elencadas nesse intento de pesquisa apetezem o conhecimento, mesmo que parcial, de um aspecto da realidade escolar brasileira, o que pode resultar na obtenção de dados importantes para o meio científico e educacional, na ampliação das formulações teóricas a respeito do âmbito real, bem como na apresentação de prováveis indicativos sobre o uso das tecnologias educacionais nas aulas de Língua Portuguesa e, ainda, a respeito do Prouca.

Sobre o corpo do trabalho em questão, ele está disposto em seis partes, contando com a presente introdução, as quais se complementam e tecem um quadro de informações sobre as políticas públicas de acesso às TE, assim como acerca das configurações do ensino de Língua Portuguesa e do uso das TIC na sala de aula.

O segundo componente dispõe sobre um panorama das políticas públicas no tocante ao enfrentamento das desigualdades sociais através da consolidação de programas que disseminem o acesso às tecnologias às classes menos abastadas, além de fazer um levantamento histórico sobre o Prouca, programa de inclusão digital de escolas públicas do Brasil, que se mostra como um dos pontos investigados neste trabalho.

A terceira e a quarta parte apresentam um esboço de discussões teóricas a respeito do ensino e da aprendizagem da Língua Portuguesa mediados pelo uso das diversas tecnologias presentes nos espaços escolares.

No quinto item, tem-se o delineamento da metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa, informando desde a natureza da pesquisa até a apresentação do campo empírico e sujeitos pesquisados, o que possibilita a visualização dos procedimentos colocados em prática.

Por fim, o último tópico apresenta uma proposta de intervenção para ser desenvolvida, principalmente, junto aos docentes, almejando o aprimoramento do uso das TIC nas aulas de Língua Portuguesa; seguido de breves considerações finais que, sucintamente, retoma e sistematiza as discussões e resultados acerca da pesquisa realizada.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ÀS TECNOLOGIAS NA ESCOLA

No contexto em que a participação efetiva na sociedade praticamente só ocorre com o acesso à tecnologia, a inclusão digital ganhou destaque nas políticas públicas educacionais, como forma de garantir o desenvolvimento cultural e educacional da população brasileira, bem como o acesso desta ao mercado de trabalho.

Sabe-se que os chamados países subdesenvolvidos se encontram numa incessante busca de meios para atingir o desenvolvimento nos diversos aspectos sociais. Essa é uma tarefa que apresenta um considerável grau de dificuldade, sendo que, muito provavelmente, um dos obstáculos a ser transpassado seja a inserção da população no cenário das tecnologias. Assim, a apresentação de projetos de inclusão social, que envolvam as diversas faces da exclusão, mostra-se como uma ação plausível, tendo em vista que os projetos de inclusão digital podem ser apresentados como exemplo de desafio a ser superado por uma nação em desenvolvimento.

De acordo com De Mattos e Chagas (2008), pode-se entender por inclusão digital a democratização do acesso às TIC, de forma a permitir a inserção de toda a sociedade na informatização, como é o caso da ampliação da acessibilidade aos usuários de baixa renda e em situação de deficiência que também podem ter acesso às informações disponíveis na internet e, assim, disseminar o conhecimento. Desse modo, a inclusão digital se insere no movimento maior que é o de inclusão social, grande anseio compartilhado por inúmeras nações nas últimas décadas.

Ampliar as ações de inclusão digital em um país como o Brasil, em que o desenvolvimento das TIC ocorreu de forma tardia e sua difusão, muitas vezes, acontece de forma lenta e desigual, demanda um grande esforço. A partir de discussões entre vários setores e ministérios, foi estabelecido o Programa Brasileiro de Inclusão Digital, com o objetivo de reduzir o número de excluídos, promover a alfabetização digital e a capacitação de alunos e de comunidades. Para isso, três

metas foram estabelecidas: ampliar o acesso comunitário gratuito, facilitar a aquisição domiciliar de microcomputadores e universalizar a conexão à internet³.

Muito se tem feito para combater tais problemas. No que compete à inclusão digital, o primeiro passo foi levar a tecnologia para mais perto da população, dando prioridade às crianças e jovens de escolas públicas. Atualmente, tem-se mais de 50 milhões de alunos diretamente beneficiados pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que instalou 104.373 laboratórios de informática em 64.629 escolas públicas urbanas e rurais e pelo Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), que disponibilizou conexão à internet em banda larga para 46.826 estabelecimentos educacionais.

Paralelo a isso, foram criados cerca de 500 Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE), em diferentes municípios do país, com o objetivo de promover a formação continuada de professores para o uso das TIC em sala de aula.

A ação seguinte foi estender o acesso aos professores e às famílias dos alunos. Para isso, foi lançado o Programa Um Computador por Aluno (Prouca), cuja lei de regulamentação se encontra, em anexo, além do que o mesmo será apresentado a seguir com maiores detalhes. Em continuidade, há ainda o Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos, dirigido aos professores do ensino continuado das instituições credenciadas no MEC, o que representa mais computadores portáteis a um custo abaixo do disponível no mercado.

Compondo ainda o leque de ações para a inclusão digital, foi contemplado o grupo de pessoas da periferia das cidades e da zona rural. Para que as tecnologias chegassem até eles, foram criados os telecentros comunitários, que atingem cerca de 5,4 mil municípios, correspondendo a 97,05% de cobertura territorial brasileira.

Aliado aos telecentros, surgiu, em 2006, o projeto Computadores para Inclusão, que se transformou numa rede nacional de reaproveitamento de equipamentos de informática que, após recuperados, são doados aos telecentros comunitários, escolas públicas e bibliotecas, em uma prova de que o que iria para ser lixo também pode ser transformado em ferramenta de inclusão. Foram implantados centros de acondicionamento de computadores, distribuídos

³ As informações, os dados e estatísticas presentes neste texto estão disponíveis em: <<http://governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/inclusao-digital>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

pelos cinco regiões do país, nos quais mais de 1,8 mil jovens de baixa renda foram formados no processo de recuperação de equipamentos usados.

Dentro dessa nova forma de se pensar inclusão e a partir da premissa de que o acesso à tecnologia não pode ser um privilégio das classes sociais mais favorecidas, foi lançado, em 2005, o programa Computador para Todos. Com um aporte federal de R\$ 348,6 milhões, o programa financiou a compra de computadores à população carente. Com tantos recursos injetados no setor, houve uma redução de 60% do preço do equipamento nas lojas, popularizando as vendas e disseminando o uso do *software*⁴ livre.

Considerando a inegável ampliação da aquisição de computadores, mostrou-se crescente a necessidade do instrumento necessário para efetivar a inclusão digital – o acesso à rede, que ainda é escasso e ausente em muitos municípios brasileiros. Para cobrir essa lacuna, foram constituídos, além do já citado PBLE, que tem como princípio conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país; bem como o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de ampliar o acesso à internet rápida no país. A prioridade seria atender as pequenas cidades e a zona rural. Até o final de 2011, 1,6 mil cidades foram atendidas e, até 2014, 4.278 municípios deixaram para trás o tempo em que ter acesso à internet de qualidade era considerado um luxo de poucos.

Mesmo com todos esses projetos/programas e com notória aceitação deles por parte da sociedade, ainda há um longo caminho a ser percorrido rumo à democratização do acesso às tecnologias da informação, principalmente, quando se considera a recente implementação das ações mencionadas e a enorme população do Brasil. Entretanto, pode-se notar que os primeiros passos foram dados. A cada dia, mais cidadãos brasileiros são apresentados a essa nova linguagem, que inclusive pode ser vista como um suporte para melhorar as condições de vida das classes menos abastadas. Com isso, é possível notar que a inclusão digital pode estar eminentemente atrelada às estratégias para promoção da tão almejada sociedade igualitária.

⁴ Programa de computador composto por uma sequência de instruções, que é interpretada e executada por um processador ou por uma máquina virtual. Em um programa correto e funcional, essa sequência segue padrões específicos que resultam em um comportamento desejado.

2.1 Histórico do Programa Um Computador por Aluno (Prouca)

O Programa Um Computador por Aluno (Prouca) tem como objetivo ser um projeto educacional utilizando tecnologia, inclusão digital e adensamento da cadeia produtiva comercial no Brasil.

O projeto original, idealizado pelo pesquisador Nicholas Negroponte, Um Laptop Para cada Criança (OLPC), foi apresentado ao governo brasileiro no Fórum Econômico Mundial em Davos - Suíça, em janeiro de 2005. Em junho daquele ano, Nicholas Negroponte, Seymour Papert e Mary Lou Jepsen vieram ao Brasil especialmente para conversar com o presidente e expor a ideia com detalhes. O presidente não só a aceitou, como instituiu um grupo interministerial para avaliá-la e apresentar um relatório sobre as possibilidades. (BRASIL, 2014)

Após reuniões com especialistas brasileiros para debates sobre a utilização pedagógica intensiva das TIC nas escolas, foi formalizada uma parceria com a Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação (FacTI) e com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a validação da solução da Organização OLPC. Em fevereiro de 2006, a FacIT chamou mais três instituições para integrar o grupo técnico e fazer um estudo sobre a solução OLPC: Centro de Pesquisa Renato Archer (CenPRA), Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) e o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico (LSI). (BRASIL, Op.cit.)

Promovidas as devidas adequações para o Brasil, Moura (2014, p.6) informa que o projeto passou a se chamar Um Computador por Aluno (UCA), “apoiado na perspectiva de que a disseminação do laptop educacional com acesso à internet pode ser uma poderosa ferramenta de inclusão digital, de qualidade da educação e de inserção da indústria brasileira no processo” de inclusão. Assim, durante o ano de 2007, foram selecionadas 5 escolas como experimentos iniciais em cinco estados diferentes: São Paulo-SP, Porto Alegre-RS, Palmas-TO, Piraí-RJ e Brasília-DF.

Dessa forma, foram iniciados experimentos do UCA em cinco escolas das cidades supracitadas, visando avaliar o uso de equipamentos portáteis pelos alunos em sala de aula. A Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC fez várias sondagens a estados e municípios, buscando adesão dos mesmos. Para a fase dos experimentos, chamados de pré-pilotos, três fabricantes de equipamentos doaram

ao Governo Federal três modelos de laptops. A Intel doou o modelo *Classmate* para as escolas de Palmas-TO e Pirai-RJ; a OLPC doou o modelo *XO* para as escolas de Porto Alegre-RS e São Paulo-SP e a empresa Indiana Encore doou o modelo *Mobilis* para escola de Brasília-DF. (BRASIL, 2014)

Em Janeiro de 2010, o consórcio CCE/DIGIBRAS/METASYS foi dado como vencedor do pregão nº 107/2008 para o fornecimento de 150.000 laptops educacionais a aproximadamente 300 escolas públicas já selecionadas nos estados e municípios. Nessa fase, denominada Piloto, cada escola recebeu os laptops para alunos e professores, infraestrutura para acesso à internet, capacitação de gestores e professores no uso da tecnologia. (BRASIL, Op.cit.)

Por iniciativa dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, o projeto foi replicado ainda em seis municípios brasileiros, os quais tiveram todas as escolas atendidas, chamadas de UCA Total. Os municípios selecionados para essa etapa foram: Barra dos Coqueiros-SE, Caetés-PE, Santa Cecília do Pavão-PR, São João da Ponta-PA, Terenos-MS e Tiradentes-MG. O Grupo de Trabalho (GT) do Programa UCA foi formado por especialistas no uso de TIC na educação. Para execução do projeto, dividiu-se em três frentes: GT de formação, GT de avaliação e GT de pesquisa. (MOURA, 2014)

A definição das cerca de 300 escolas públicas que participam do projeto piloto do PROUCA coube às Secretarias de Educação Estadual e Municipal dos estados e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Os critérios exigiam que cada escola tivesse em torno de 500 (quinhentos) alunos e professores; as escolas deveriam possuir, obrigatoriamente, energia elétrica para carregamento dos *laptops* e armários para armazenamento dos equipamentos e, preferencialmente, deveriam ser pré-selecionadas escolas com proximidade a Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE), ou similares, Instituições de Educação Superior públicas ou Escolas Técnicas Federais. Além do mais, pelo menos uma das escolas deveria estar localizada na capital do estado e uma na zona rural.

As Secretarias de Educação Estaduais e Municipais de cada uma das escolas selecionadas tiveram que aderir ao projeto através do envio de ofício ao MEC, com anuência do corpo docente aprovando a participação da escola no projeto e assinatura de Termo de Adesão, no qual se manifesta solidariamente responsável e comprometida com o mesmo.

De acordo com os dados do Prouca (Brasil, 2014), no estado da Paraíba, 16 (dezesseis) escolas foram selecionadas, sendo que os benefícios do Prouca chegaram a 208 (duzentos e oito) professores e 3.935 (três mil novecentos e trinta e cinco) alunos dos municípios de Bananeiras, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Nazarezinho, Patos, Sapé e Vieirópolis.

Como parte integrante das ações do Prouca, foi desenvolvida também a formação, que se deu em um processo de três níveis ou ações e envolveram, além das escolas participantes, as Instituições de Ensino Superior (IES), Secretarias de Educação (SE) e os NTE. A formação teve caráter semipresencial e foi dividida em módulos, abrangendo as dimensões teórica, tecnológica e pedagógica.

Conforme os princípios do Prouca (Brasil, 2014), além da formação, também foi disponibilizada a avaliação da execução dos projetos pilotos. O processo presumiu uma avaliação diagnóstica, antes da implementação dos pilotos, avaliação formativa, durante a execução, e uma avaliação de impacto. As ações de monitoramento do UCA envolveram dois componentes principais: um conjunto de ferramentas de monitoria e uma sala de monitoramento, com pessoal capacitado para acompanhar o andamento do projeto.

3 O USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DE APRENDIZAGEM

A educação brasileira passa por uma série de mudanças, dentre as quais se busca o paradigma educacional ideal para atender os anseios e as necessidades da nova sociedade que está surgindo. Com o avanço tecnológico, surgem novas formas e possibilidades de aprendizagem, o conhecimento se torna acessível dentro e fora dos espaços educacionais que podem ou não ser potencializados pela escola.

Sabe-se da existência de inúmeros aparelhos tecnológicos que a cada dia são ampliados e modificados. Com isso, torna-se necessário distinguir a aplicabilidade, pois são ferramentas utilizadas em diversos ambientes e com diferentes finalidades, sendo que, a partir do momento que são inseridas no âmbito escolar, adquirem um caráter didático pedagógico; tornando possível, dessa forma, designá-las como mídias tecnológicas educacionais.

As mídias tecnológicas educacionais não serão a solução para as mazelas da sociedade e da educação. No entanto, para o melhoramento da sociedade e da educação, faz-se necessária a transformação do espectador em cidadão, no que as tecnologias educacionais podem contribuir significativamente. (FREIRE, 2008)

Assim, pode-se definir as mídias educativas como os recursos tecnológicos utilizados com fins educacionais que possibilitam a veiculação da informação através das diversas formas de expressão, favorecendo a construção do conhecimento em sala de aula.

Sobre isso, Mercado (2002, p.14) enfatiza que:

Às escolas cabe a introdução das novas tecnologias de comunicação e conduzir o processo de mudança da atuação do professor, que é o principal ator destas mudanças, capacitar o aluno a buscar corretamente a informação em fontes de diversos tipos.

Percebe-se que o novo modelo de aprendizagem requer a necessidade de diversificar as possibilidades e maneiras de agir e aprender sobre as tecnologias da informação e comunicação – rádio, vídeo, televisão, computadores e todas as suas

combinações, abrindo oportunidade para a ação dos seres sociais e a diversificação e transformação nos ambientes de aprendizagem.

Dessa forma, para que as escolas sejam espaços de inserção das tecnologias, torna-se necessário uma definição de políticas educacionais que garantam e priorize a existência de condições mínimas e basilares para utilização desses recursos.

Sobre essa questão, Almeida (2002, p.72) deixa claro que:

Para o sucesso de um programa inovador de incorporação das TI à educação, devem ser levados em conta vários fatores de complexidade crescente, destacando-se: a disponibilidade de equipamentos e software com configuração atualizada; a constante designação de verbas; o apoio político-pedagógico; a adoção de um novo paradigma educacional; a importância de atribuir ao professor um papel primordial nessa mudança; a formação continuada dos educadores dentro de uma perspectiva de contextualização e de resgate dos valores humanos para que eles possam desenvolver o domínio da tecnologia e a compreensão das potencialidades e limites de integrá-la à sua prática.

Com isso, percebe-se que não basta implementar nas escolas os recursos, mas, ao contrário, equipá-la com um conjunto de ações interligadas que irão viabilizar sua utilização eficaz nos ambientes educativos.

Outrossim, fica evidente que para ocorrer a mudança de paradigma nas escolas, torna-se imprescindível a atuação eficaz da equipe pedagógica da escola, uma vez que esses profissionais também atuam de forma determinante no processo de formação e melhoria das práticas pedagógicas dos educadores, como defende Perrenoud (1999, p.155):

Aos formadores dos educadores, compete assessorar o educador no uso das TI em sua prática, havendo necessidade de acompanhá-lo até que adquira as competências necessárias para continuar por si mesmo, administrando sua própria formação contínua em colaboração com seus pares, constituindo com esses uma comunidade aprendente. O papel fundamental dos formadores é alimentar um processo de autoformação, enriquecer e instrumentalizar uma prática reflexiva.

De tal modo, mostra-se nítido o papel desses profissionais no âmbito do direcionamento e acompanhamento da ação pedagógica, tornando-se imprescindível o conhecimento e o domínio para utilização das tecnologias nas práticas pedagógicas escolares, como assevera Moran (2009, p.32):

Cada docente pode encontrar sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e os muitos procedimentos metodológicos. Mas também é importante que amplie, que aprenda a dominar as formas de comunicação interpessoal/grupal e as de comunicação audiovisual/telemática.

Deve-se ter definido ainda, segundo Masetto (2009), o quão relevante é o discernimento de que a tecnologia possui um valor relativo, uma vez que ela somente terá importância se for adequada para facilitar o alcance dos objetivos e se for eficiente para tanto. Desse modo, as técnicas não se justificarão por si mesmas, mas pelos objetivos que se pretende alcançar com elas, que no caso, deverão ser de aprendizagem.

Apresentando uma reflexão acerca da utilização das Tecnologias Educacionais, de forma especial sobre o computador, Almeida (2000, p.12-13) deixa claro que:

O clima de euforia em relação à utilização de tecnologias em todos os ramos da atividade humana coincide com o momento de questionamento e de reconhecimento da inconsistência do sistema educacional. Embora a tecnologia informática não seja autônoma para provocar transformações, o uso de computadores em educação coloca novas questões ao sistema e explicita inúmeras inconsistências.

Sobre as redes públicas de ensino, ainda é insipiente afirmar que haja uma proposta político-pedagógica plenamente estruturada e aceita quanto às tecnologias educacionais; algumas instituições escolares têm inserido computadores e outras tecnologias no processo ensino-aprendizagem, mas isso não confirma a existência de uma nova proposta pedagógica, ou mesmo de uma prática educativa que substancie o paradigma pedagógico da informática na educativa.

O uso efetivo da tecnologia, por parte dos alunos, passa primeiro por uma assimilação da tecnologia pelos professores. Se quem introduz os computadores nas escolas, o faz sem atenção aos professores, o uso que os alunos fazem deles é de pouca qualidade e utilidade. (MERCADO, 2002)

Percebe-se que a formação dos professores é um passo determinante para a introdução das novas tecnologias nas escolas, uma vez que, sem ela, muito provavelmente, os docentes não têm o conhecimento mínimo para utilizar de forma adequada a tecnologia educacional nos mais diversos momentos e ambientes de aprendizagem existentes.

As TIC, hoje, têm uma participação muito grande em diversos ramos da atividade humana. Mais que isso, ela é indispensável nas áreas em que é introduzida. Portanto, aplicá-la à educação de forma consciente e planejada, apresenta-se como algo fundamental para a adaptação do processo educativo às características da sociedade atual.

4 O ENSINO E A APREDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA MEDIADOS PELAS TIC NA ESCOLA

Refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa no Brasil evoca, quase imediatamente, lembranças de um processo evolutivo marcado pelo anseio de melhoria da própria qualidade de ensino no país. O eixo dessa consideração é sustentado, principalmente, pelo fato de que os domínios da leitura e da escrita são inerentes à área da Língua Portuguesa, sendo estes considerados responsáveis determinantes pelo fracasso escolar.

Sabe-se que ainda é bastante difundido, sobretudo em instituições escolares, o pensamento de que cabe apenas ao professor de Língua Portuguesa o trabalho e/ou o desenvolvimento da expressão oral e escrita com os alunos, cabendo aos outros docentes o trabalho com o conhecimento próprio das demais áreas do conhecimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa atentam para essa questão ao deixarem claro que:

A língua, sistema de representação do mundo, está presente em todas as áreas de conhecimento. A tarefa de formar leitores e usuários competentes da escrita não se restringe, portanto, à área de Língua Portuguesa, já que todo professor depende da linguagem para desenvolver os aspectos conceituais de sua disciplina. (BRASIL, 1998, p.31)

Talvez esse assunto ainda tenha pouca importância nos círculos de debate sobre o avanço da educação básica brasileira, entretanto, é perceptível a necessidade de romper tal postura e promover o amadurecimento de que todo professor, independente do ano ou área que atua, tem o dever de realizar os procedimentos para garantir aos discentes a aprendizagem.

Além da situação depreciativa mencionada, o ensino de Língua Portuguesa passou por mudanças e ressignificações consideradas importantes nos últimos tempos. “Na década de 60 e início da de 70, as propostas de reformulação do ensino de Língua Portuguesa indicavam, fundamentalmente, mudanças no modo de ensinar, pouco considerando os conteúdos de ensino.” (BRASIL, op.cit., p.17)

Com isso, pensava-se que apenas o estímulo à criatividade seria suficiente para o desenvolvimento das relações de comunicação, bem como o aprimoramento da expressão dos alunos.

Ainda como realidade daquela época, o ensino de Língua Portuguesa era voltado para a perspectiva gramatical que se sustentava pelo fato de os alunos dominarem uma variedade linguística consideravelmente próxima da variedade padrão privilegiada nas escolas e nos livros didáticos.

A reformulação mais significativa ocorreria um pouco depois, como apresentam os PCN de Língua Portuguesa:

A nova crítica do ensino de Língua Portuguesa, no entanto, só se estabelecerá mais consistentemente no início dos anos 80, quando as pesquisas produzidas por uma linguística independente da tradição normativa e filológica e os estudos desenvolvidos em variação linguística e psicolinguística, entre outras, possibilitaram avanços nas áreas de educação e psicologia da aprendizagem, principalmente no que se refere à aquisição da escrita. (BRASIL, 1998, p.17)

Foi a partir desse período que o ensino de Língua Portuguesa começou a passar por verdadeiras ressignificações, causando uma movimentação, no sentido de mudança e adequações, inclusive nas esferas públicas oficiais. A expansão de novas teorias gerou a revisão desde as práticas de ensino da língua até a definição de novos currículos e a oferta de cursos de formação e aperfeiçoamento para docentes.

Desse modo, tornou-se mais simples compreender que os usos da linguagem estão relacionados ao momento histórico e às demandas sociais de cada contexto, bem como que, ao professor de Língua Portuguesa, compete desenvolver e orientar atividades didáticas que proporcionem ao aluno aprendente a reflexão sobre o processo comunicativo e a própria linguagem, garantindo, assim, possibilidades efetivas de aprendizagem.

A prática pedagógica referente ao ensino da Língua Portuguesa é permeada por três variáveis, como apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais: o aluno, como sujeito da ação de aprender, os conhecimentos com os quais se opera nas práticas pedagógicas de linguagem e a mediação do professor; sendo que é em

detrimento desses três pilares que o ensinar e o aprender da Língua Portuguesa no espaço escolar pode ser delineado:

O objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais mediadas pela linguagem. Organizar situações de aprendizado, nessa perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; saber que a escola é um espaço de interação social onde as práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função de sua finalidade: o ensino. (BRASIL, 1998, p.22)

Dessa forma, as propostas de transformação do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa chegam à concordância de que as práticas de ensino estão atreladas ao uso da linguagem por parte dos alunos, pois, de tal modo, ocorrerá o desenvolvimento de novas habilidades linguística e, como consequência, a possibilidade de plena participação na sociedade.

4.1 Tecnologias Educacionais e o Ensino de Língua Portuguesa

O cenário social da atualidade, resultado dos processos frenéticos de industrialização e crescimento da urbanização, aponta para fenômenos como a ampliação da utilização da escrita, a expansão dos meios de comunicação e das tecnologias e o rápido crescimento da população.

Esses acontecimentos estão atrelados diretamente às relações educacionais, seja pelo aumento do número de alunos na educação básica e todas as demandas que dele provém, seja pela necessidade de novos métodos e relações com o saberes discutidos nas escolas.

Sabe-se que, no caso específico da Língua Portuguesa, a escola vive um processo de intensa mudança no qual formas de ensino são deixadas de lado para

que outros métodos e técnicas desponhem valorizando a aprendizagem do aluno através da vivência prática de situações do contexto no qual ele está inserido.

Corroborando com essas colocações, Selbach et al. (2010, p.20) deixam claro que:

A vida na cidade, a industrialização e a urbanização, o uso dos meios de comunicação eletrônicos e o acesso a novos programas transmitidos de toda parte ampliaram muito a utilização da escrita e colocaram novas necessidades de se aprender e assim se tornaram superados métodos e conteúdos até então utilizados para o ensino da Língua Portuguesa.

Destarte, ao considerar esse contraste entre velhas e novas maneiras de ensino-aprendizagem e, sobretudo, levando em conta o que se sabe hoje a respeito da aprendizagem humana, torna-se inaceitável que o professor de Língua Portuguesa se exima da evolução que acontece em todas as esferas da sociedade e das transformações demandadas por ela.

No ensino público brasileiro, um fator que pode ser considerado evolutivo é a inserção das tecnologias educacionais nos espaços escolares. Isso ocorre desde a (re)formulação dos objetivos para a educação básica, que assegura ao aluno do ensino fundamental “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (BRASIL, 1998, p.8), até a presença maciça dos aparatos tecnológicos nas salas de aula, como é o caso das escolas beneficiadas pelo Prouca.

Ponderando sobre a relação entre tecnologias da informação e a Língua Portuguesa, os PCN já apresentavam uma reflexão sobre o assunto:

A afirmação de que a imagem substituiria a escrita é quase lugar-comum. Desde a existência da televisão, afirma-se que o número de leitores diminui, à medida que aumenta o de espectadores. Recentemente, o desenvolvimento tecnológico, que tornou possível aproximar os lugares mais distantes com o simples apertar de um botão, produziu a impressão de que a leitura e a escrita estavam com os dias contados. A análise mais rigorosa da questão, na realidade atual, não coincide com tais previsões, pois a leitura e a escrita continuam muito presentes na sociedade e, em particular, no âmbito do trabalho. Porém, não há como negar que as novas tecnologias da informação cumprem cada vez mais o papel de mediar o que acontece no mundo, “editando” a realidade. (BRASIL, 1998, p.89)

Dessa forma, precisa-se elucidar que para utilizar de forma satisfatória e adequada as tecnologias na sala de aula, é imprescindível considerar novas condições de ensino e aprendizagem, sendo que, nessa realidade, não há lugar para conteúdos decorativos, tampouco para ações didático-pedagógicas que não apresentam significado para os alunos, mas, ao contrário, mostram-se imensamente valiosas práticas que envolvam o aprendente na construção do conhecimento.

Os PCN de Língua Portuguesa apresentam ainda uma diversidade de recursos tecnológicos e algumas indicações de trabalho para a sala de aula, como com o rádio, a televisão, o vídeo e o computador. Ao tratar do processador de texto, ferramenta disponível no computador, o documento ressalta alguns benefícios concernentes ao ensino de língua, principalmente no que compete à produção e revisão de textos, informando sobre as limitações do corretor ortográfico e sobre os benefícios e limitações de outros aspectos do computador – internet e programas –, enquanto tecnologia educacional presente na escola. (BRASIL, 1998)

Sobre isso, é relevante destacar que a obtenção de resultados satisfatórios com o uso do computador, assim como com o de outros aparelhos tecnológicos, depende da forma e da finalidade para a qual esse equipamento está sendo utilizado. O computador, por si só, não realiza tudo, ele disponibiliza inúmeros recursos que, por sua vez, dão acesso a uma infinidade de informações, contudo, cabe ao professor conhecer esse e os outros recursos tecnológicos para planejar o uso consciente em sala de aula.

5 METODOLOGIA

Sabe-se que toda e qualquer classificação se faz mediante a escolha de alguns critérios. No tocante aos trabalhos acadêmico-científicos, a seleção tem início com a delimitação do tema que se deseja tratar. Severino (2007, p.223), reforça essa necessidade quando trata da elaboração de trabalhos dessa natureza e esclarece que:

[...] não se deve pretender falar de tudo, de todos os aspectos envolvidos pela problemática tratada. [...] O importante é ater-se ao substancial da pesquisa, não se perdendo em grandes retomadas históricas, repetições, em contextualizações muito amplas.

Dessa maneira, levando em consideração as características deste trabalho que investigou como as aulas de Língua Portuguesa são ministradas nos anos finais do Ensino Fundamental com o uso de computadores do Programa Um Computador por Aluno (Prouca), fez-se necessário o estabelecimento de algumas escolhas em referência à natureza e abordagem deste intento científico, bem como, considerando os objetivos, geral e específicos, apresenta-se a delimitação dos procedimentos técnicos que foram utilizados para o desenvolvimento satisfatório da pesquisa.

Em relação à natureza, a pesquisa foi delineada a partir de uma investigação de cunho descritivo, por buscar características do objeto, da realidade analisada e dos possíveis fenômenos educacionais ocorridos. Quanto à abordagem, delimita-se como qualitativa, sendo que considerou o vínculo indissociável existente entre o mundo objetivo e a subjetividade, além de interpretar e atribuir significados aos fenômenos pesquisados, no caso, conhecer a metodologia utilizada nas aulas de língua portuguesa com o uso do computador do Programa Um Computador por Aluno (Prouca) pelos professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

Como propõem Ludke e André (1988, p.11), a pesquisa qualitativa “supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada”, fato que propôs, em consonância com os objetivos, a possibilidade de pesquisa das informações em fontes diversas como em documentos, junto aos

professores, bem como em observações diretas de eventos do cotidiano escolar que puderam mostrar a multiplicidade do objeto a ser investigado.

Para tanto, tornou-se necessária a organização metodológica com os objetivos formulados precisamente e procedimentos passíveis de realização, no sentido de atentar para o rigor e relevância da pesquisa, como afirmam Bogdan e Biklen (1994, p.90), ao expressarem que “a abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que todo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

O campo empírico foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Terezinha Garcia Pereira, localizada no município de Brejo do Cruz-Paraíba. Na época, a escola atendia a 638 (seiscentos e trinta e oito) alunos e alunas matriculados(as) em turmas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A referida instituição de ensino foi uma das escolas contempladas na Paraíba pelo Prouca com 505 (quinhentos e cinco) computadores portáteis para uso didático.

Tendo em vista essa realidade, a pesquisa considerou as configurações e as transformações ocorridas no percurso da construção desse objeto, buscando sempre aproximar os dados, ao máximo possível, do contexto concreto.

Perante isso, pode-se explicitar a constituição de um estudo de campo, que, de acordo com Gil (2002, p.53), volta-se para a “observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.”.

Assim, a partir das definições supracitadas, mostrou-se salutar e significativa a escolha e utilização do Grupo Focal como técnica para coleta/obtenção dos dados, por se tratar de grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo com maiores detalhes.

A utilização do grupo focal, como método de obtenção de informações, possibilitou o conhecimento das percepções do público pesquisado sobre os tópicos elegidos durante os encontros a respeito do uso das tecnologias educacionais, em especial o computador, nas aulas de Língua Portuguesa. Assim, esse procedimento metodológico permitiu o (re)conhecimento da prática docente e da realidade da escola, fato que permitiu a compreensão fidedigna do objeto estudado e das nuances do processo histórico e social nas interações cotidianas e não apenas de

um determinado momento, como poderá ser notado na exposição do tópico que segue.

5. 1 Percurso Metodológico: apresentação e análise dos dados

Após o estabelecimento e a justificativa dos referenciais metodológicos, faz-se necessário descrever como se deu o processo de coleta de dados através da utilização do grupo focal no locus pesquisado.

Antes de adentrar o espaço escolar, procurou-se a Secretara Municipal de Educação de Brejo do Cruz, com o intuito de requerer autorização para a realização da pesquisa na instituição de ensino municipal. A Secretária, após tomar conhecimento da pesquisa, deferiu a realização da mesma como pode ser comprovado pelo documento em anexo.

Feito isso, foi realizada uma visita à Escola Municipal Professora Terezinha Garcia Pereira com o objetivo de, igualmente, apresentar a pesquisa à Gestão Escolar, assim como as duas docentes de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental – público-alvo da pesquisa. Na oportunidade, obteve-se a anuência da Gestora da escola, ver anexo, e também das professoras que se dispuseram prontamente a participar assinando, inclusive, os termos de consentimento livre e esclarecido que podem ser encontrados nos apêndices.

Realizada a parte legal e obtidos os documentos, foi explicado às professoras que, para a coleta de informações e dados, seria utilizada a técnica de Grupo Focal, cuja formatação foi apresentada e explicada para as mesmas.

Ficou combinado que as reuniões/encontros, para a realização do grupo focal, seriam durante os planejamentos escolares – único momento de disponibilidade e encontro das duas na escola –, sendo que não ultrapassariam o tempo máximo de 01 (uma) hora para que não as impossibilitasse de planejar e, como consequência, de realizar as atividades didático-pedagógicas necessárias ao desenvolvimento das aulas.

Uma solicitação das professoras foi de que os encontros não fossem gravados e/ou filmados, justificando inibição perante o gravador/câmera e que,

desse modo, a conversa fluiria mais tranquilamente. Assim sendo, os dados obtidos/coletados a partir dos encontros eram rascunhados em formato de pequenos tópicos que, posteriormente, puderam remontar aos relatos.

Foram realizados três encontros de 01 (uma) hora, em média, cada, os quais possibilitaram o conhecimento da realidade escolar e da prática do ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental aliada às tecnologias educacionais – o computador especialmente.

O primeiro encontro foi realizado no dia 12 de maio de 2015. Para aquele primeiro momento, a pauta planejada foi o conhecimento da realidade escolar no tocante ao Prouca. Algumas questões foram elencadas como: O que é o Prouca? Qual a importância do programa e dos computadores para o desenvolvimento do trabalho com a Língua Portuguesa em sala de aula? No entanto, como a sistematização do grupo focal se mostra dinâmica, outros questionamentos foram se apresentando na medida em que as professoras pesquisadas respondiam as perguntas e apresentavam relatos.

Sobre o Programa Um Computador por Aluno, as professoras deixaram claro que, sem dúvida, foi um avanço significativo para a escola e, mais especificamente, para os alunos que, em sua grande maioria, ainda não tinham acesso a tal aparato tecnológico diariamente em casa.

Questionadas sobre a existência de alguma formação docente, oferecida pela escola e/ou pelo MEC, sobre como utilizar os computadores no âmbito escolar, soube-se que foi disponibilizada uma formação com técnicos do programa, mas com uma carga horária insuficiente para apresentar a máquina e as possibilidades de utilização para fins educativos.

Durante a reunião, ficou claro que as professoras de Língua Portuguesa participantes da pesquisa tinham apenas conhecimentos básicos sobre o uso do computador e de programas e aplicativos que poderiam auxiliá-las no ensino de conteúdos. Em relação ao acesso à internet, as docentes afirmaram pouco domínio, o que dificulta o planejamento e a utilização dessa outra ferramenta nas aulas de Português.

Dessa forma, apesar de ter sido oferecido um curso básico de apresentação dos computadores do Prouca, ficou nítido a insuficiência dele para o alcance da autonomia docente em relação à ferramenta tecnológica presente em quantidade significativa na escola.

Sobre isso, em uma rápida pesquisa realizada na página do MEC na internet (www.portal.mec.gov.br), foi possível encontrar dados a respeito do ProInfo Integrado, programa que oferta três cursos sobre tecnologias educacionais: Introdução à Educação Digital (40 horas), Tecnologias na Educação (100 horas) e Elaboração de Projetos (40 horas), os quais objetivam oferecer a gestores e docentes de escolas públicas brasileiras noções básicas de informática e formação voltada para o uso didático-pedagógico das TIC no cotidiano escolar.

Outrossim, pode-se observar que um simples direcionamento do público pesquisado, assim como dos demais profissionais da educação da escola contemplada com o Prouca, para a realização dos cursos acima citados, possivelmente resultaria em um melhoramento e/ou até reversão da situação depreciativa detectada – existência de aparelhos tecnológicos na escola, mas ausência de conhecimento/habilidade, por parte dos professores e professoras, para utilizá-los de forma pedagógica.

O segundo encontro ocorreu no dia 26 de maio de 2015, cuja pauta inicial foi a análise de documento oficial da escola, Projeto Político Pedagógico – PPP, e Plano de Curso de Língua Portuguesa elaborado pelas professoras no início do ano letivo. Com o desenvolvimento da conversa, mostrou-se pertinente abordar também sobre as possibilidades de utilização do computador e de outros aparelhos tecnológico-educacionais existentes na escola a partir e/ou como indicação existente no livro didático de Português.

Em relação a esses pontos, observou-se que o PPP da escola e o Plano de Curso de Língua Portuguesa não fazem nenhuma referência à existência e às possibilidades de uso educacional dos computadores do Prouca.

Tal fato se mostra preocupante, pois o próprio Projeto Político Pedagógico poderia abordar, na dimensão da formação e da prática docente, metas e ações que impulsionassem a transformação da realidade escolar no que diz respeito ao aprimoramento das práticas pedagógicas e do processo ensino-aprendizagem. A ausência de citação das TE no Plano de Curso das professoras de Língua Portuguesa corrobora com o relato das mesmas de que há recursos tecnológicos na escola, no entanto, elas não se sentem aptas a planejar aulas com o uso deles.

Sobre o livro didático de Português, constatou-se, a partir de observação, que ele contempla a indicação de pesquisas e material para ser explorado na internet, porém, tais indicações acabam sendo ignoradas pelas professoras, mesmo

existindo computador e internet na instituição educacional. Vale ressaltar que as docentes apresentaram uma insatisfação quanto à manutenção dos computadores e da própria internet, alegando que o sinal da rede é fraco e que as máquinas computacionais, às vezes, apresentam problemas técnicos que não são rapidamente reparados – fato que também as desmotivam a fazer uso da internet e dos *laptops* na sala de aula.

No terceiro e último encontro, realizado em 09 de junho de 2015, foi a vez de discutir sobre os conteúdos de Língua Portuguesa que já haviam trabalhado ou gostariam de trabalhar aliado ao uso do computador e/ou outras tecnologias existentes na escola.

O relato de ambas as professoras convergia para o uso dos computadores durante as aulas de produção textual, sendo que elas destacaram/enfatizaram as poucas vezes de uso. Nesse sentido, o uso do *laptop*, nas aulas de produção de texto, consistia, basicamente, em manusear o programa de edição de texto presente no computador, pois era a ferramenta a qual elas se sentiam minimamente capacitadas para orientar os(as) discentes.

De fato, recursos mais específicos do editor de texto, como o destaque de palavras e/ou expressões nas cores verde e vermelha, que dizem respeito à incoerência ortográfica e de concordância, respectivamente, e o uso do dicionário, presente no próprio editor, eram desconhecidos e, portanto, deixados de ser explorados.

Em suma, é possível inferir que, mesmo cada aluno e aluna tendo às mãos um computador na sala, a aula de Língua Portuguesa, produção de texto, continuava ocorrendo sem alterações significativas, como quando a escola não dispunha de tais aparelhos tecnológicos, tendo em vista que a mudança que ocorria nessa atividade era simplesmente o local de produção: do papel para a tela do computador, desconsiderando as inúmeras possibilidades valiosas de construção de conhecimento e o desenvolvimento orientado de competências e habilidades necessárias ao aprendente no que compete ao ensino e à aprendizagem da Língua Portuguesa.

Destarte, com base nos dados e análises apresentadas, torna-se necessário afirmar que a inclusão das TIC na educação tem dimensões muito mais complexas do que se imagina, pois não se trata somente de informatizar a escola ou ensinar os alunos a manusear o computador e/ou a acessar a internet. Percebe-se que a

integração do computador ao processo educacional está sujeito, principalmente, da atuação do professor.

6 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: OFICINA DE UTILIZAÇÃO DAS TIC NA PRÁTICA ESCOLAR

6.1 Apresentação

A presente oficina surgiu a partir da necessidade de uma formação continuada para professoras de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola pública do interior da Paraíba no tocante ao uso consciente, planejado, significativo e eficaz das Tecnologias Educacionais na sala de aula.

Dessa forma, a ideia, reflexão e, posterior, elaboração desta proposta de intervenção se deu mediante a formatação do curso de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Letras, da UFCG/CFP/Cajazeiras, o qual apresenta como característica eminente a possibilidade de extensão entre o que é discutido/produzido na academia e a aplicação no contexto escolar.

Outrossim, a constituição da oficina foi pensada a partir de dois eixos integradores e complementares: a prática profissional de Supervisão Educacional e Coordenação Pedagógica – proporciona o contato direto com os professores e, de tal modo, o acesso às necessidades, angústias e anseios –, e a relação com o Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado que, no caso, aborda as Tecnologias Educacionais e a prática pedagógica docente de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, vale esclarecer ainda que, para a elaboração da oficina que se propõe, foram consideradas, além dos resultados da pesquisa realizada, as reflexões/sugestões de Tardif e Raymond (2000) ao tratarem do saber e da prática docente.

Antes de partir para a anunciação da oficina, cabe apresentar as reflexões de Tardif e Raymond (2000, p.215), ao esclarecer que “[...] o saber profissional está, de um certo modo, na confluência entre várias fontes de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, dos outros atores educativos, dos lugares de formação etc.”, fato que esclarece a escola também

como responsável por proporcionar formações que atendam as necessidades dos professores.

Considerando que, pelo menos em algumas escolas, a falta de instrumentos tecnológicos já não se mostra como problema, é possível justificar a relevância desse instrumento de formação continuada para docentes ao refletir que a existência desses aparatos não garante a utilização planejada e a conexão produtiva e racional que se espera do uso das tecnologias nos espaços escolares.

Para finalizar esta parte introdutória, vale mencionar que as ponderações de Tardif e Raymond (2000) permearam a constituição da presente oficina como uma proposta de edificação dos saberes docentes, uma vez que esses saberes apresentam “fontes sociais de aquisição” diversas. No caso desta oficina, trata-se da valorização dos saberes provenientes da formação profissional para o magistério.

6.2 Público-Alvo

A proposta de edificação dos saberes docentes que se segue foi pensada, inicialmente, para o aprimoramento da prática pedagógica dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa. No entanto, sabe-se que, de acordo com a necessidade de professores de outros níveis de ensino/componentes curriculares, é possível o (re)planejamento de alguns objetivos e ações e, como corolário, torna-se igualmente viável o desenvolvimento e/ou a aplicabilidade deste instrumento de formação junto aos docentes que não sejam apenas aqueles supracitados.

6.3 Duração

O tempo proposto para a realização da oficina apresentou variações em decorrência das necessidades do público-alvo durante a realização das atividades.

Entretanto, as ações planejadas foram realizadas sem grandes imprevistos e de forma satisfatória durante 08 (oito) horas – tempo médio de dois momentos de reunião/planejamento –, tendo se mostrado bastante para o desenvolvimento da mesma.

6.4 Objetivos

6.4.1 Objetivo Geral

- Proporcionar o aperfeiçoamento da prática dos professores da Educação Básica no tocante ao uso planejado das Tecnologias Educacionais.

6.4.2 Objetivos Específicos

- Possibilitar ao docente o (re)conhecimento das tecnologias existentes na escola e a reflexão sobre o uso planejado das Tecnologias Educacionais;

- Promover um momento em que o professor possa ser agente na construção do conhecimento e no manuseio/utilização das Tecnologias Educacionais;

- Estruturar, de forma conjunta com os professores pesquisados, um plano de utilização consciente e construtivo das Tecnologias Educacionais, integrando-as ao componente curricular o qual leciona.

6.5 Percurso Metodológico

No primeiro momento da oficina, os professores ficaram diante de todos os recursos tecnológicos existentes na escola, de forma que essas tecnologias foram previamente organizadas na sala sobre mesa que comportou organizadamente todos os aparatos.

Essa primeira fase da oficina proporcionou aos docentes o (re)conhecimento dos instrumentos tecnológicos existentes na escola, de forma que eles foram identificados pelo nome por cada um dos professores participantes da oficina. Mostrou-se imprescindível que todos os objetos fossem nomeados/reconhecidos pelos docentes. Quando algum professor demonstrou dificuldade no processo de identificação, os demais colegas e/ou o mediador ajudaram.

(Re)Conhecidas e nomeadas as tecnologias existentes no âmbito educacional, foi iniciada a segunda parte da oficina a qual foi associada ao conhecido ditado popular “Colocar as mãos na massa”. Isso ocorreu porque, nessa fase, os professores foram convidados para montar/estruturar o ambiente para que as tecnologias fossem utilizadas pelo mediador. Nesse segundo processo, o mediador solicitou que um docente de cada vez escolhesse e repetisse o nome de cada tecnologia e/ou componente do instrumento tecnológico existente na sala e informando também a sua respectiva função, colocando tal aparato em uso.

Como exemplo, pode-se citar o projetor multimídia (data-show), comumente presente nas escolas, mas possivelmente ainda percebido como um entrave pelo professor por não saber manuseá-lo (montar/ligar/desligar/desmontar), dependendo, muitas vezes, de técnicos que, nem sempre, existem na escola, ou de outros colegas professores. Assim, soube-se que o projetor apresenta, no mínimo, três componentes para que fosse utilizado – o próprio aparelho, o cabo de alimentação (liga o aparelho à rede elétrica) e o cabo VGA (transferência de imagens) ou o cabo HDMI (transferência de imagem e som).

Nesse segundo momento, totalmente interativo, os professores já se mostraram capazes de manusear os recursos tecnológicos existentes na escola, de forma que estruturaram o ambiente propício à continuidade da oficina. Vale ressaltar ainda a importância dos esclarecimentos feitos pelo mediador em relação às dúvidas que surgiram.

O terceiro momento retratou um breve percurso a respeito do conceito de Tecnologias Educacionais e apresentou a historicização e evolução das tecnologias existentes dentro e fora do espaço escolar, além de ter proporcionado subsídios para a motivação, através de um vídeo, que intentou desconstruir a ideia de que apenas os jovens são capazes de manusear/utilizar com eficiência os aparelhos tecnológicos.

Desse modo, foi possível instrumentalizar os docentes e instigá-los à continuidade de utilização das tecnologias existentes na escola. Cabe ressaltar que, igualmente às demais etapas da oficina, a própria formatação do material utilizado para concretizar as ações destacadas privilegiou o caráter interativo e colaborativo.

O quarto e último momento da oficina culminou com a construção de um plano de aula no qual o docente, juntamente com colegas e mediador, foi desafiado a integrar os conhecimentos/conteúdos relacionados ao componente curricular o qual ministrava com recursos tecnológicos que, por ventura, ainda não tivesse utilizado e/ou que não tivesse habilidade para manusear.

Com isso, esperou-se que, além da continuidade de utilização dos recursos tecnológicos existentes na escola, os professores fossem capazes de planejar a aula de forma que o uso crítico e proativo das tecnologias, na sala de aula, ocorresse efetivamente.

6.6 Recursos Didáticos

Como esclarecido anteriormente, os principais recursos para a realização da oficina foram os instrumentos tecnológicos existentes na escola. No entanto, serão citados abaixo os principais aparatos pedagógicos dessa natureza comumente existentes nas escolas públicas:

- Computador e/ou notebook;
- Impressora;
- Projetor multimídia (data-show);
- Microfone;

- Caixa amplificadora de som (caixa de som);
- Fio de extensão;
- Adaptador de plug/tomada (benjamim/ T);
- Pendrive;
- HD externo;
- Televisor;
- Aparelho de som;
- Aparelho de DVD;
- Mídia de DVD;
- Mídia de CD;
- Câmera fotográfica;

Outros instrumentos tecnológicos educacionais podem ser inseridos nessa relação, inclusive, de acordo com a necessidade de cada grupo participante da oficina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim de um percurso de pesquisas, leituras, análises, discussões e proposições, é possível denotar que o mercado tecnológico vem crescendo e refletindo na vida da sociedade. A internet, cada vez mais, ganha espaço fazendo parte da realidade do mundo acadêmico e da sociedade como um todo e, com isso, introduz novas formas de se produzir conhecimento e também cultura.

Sabe-se que a as tecnologias de informação e comunicação estão cada vez mais presentes no contexto das Escolas Públicas. Com o intuito de disseminar a inclusão digital, surgem centros de acesso à internet, cursos de formação tecnológica e outras iniciativas com o intuito de minimizar a exclusão digital em comunidades menos favorecidas.

Laboratórios de informática têm sido instalados, seja através de recursos e programas do Governo Federal ou por iniciativa das próprias Secretarias Estaduais/Municipais de Educação que se sentem, em função de diversos fatores, forçadas a disponibilizar às escolas computadores e outros equipamentos tecnológicos para suprir as carências existentes.

Dessa forma, o que se pode observar é que há uma crescente preocupação com a aquisição de equipamentos e programas ditos educativos, como se isso, por si só, fosse garantir o sucesso da educação. A inserção de aparatos tecnológicos nas escolas deveria ser provinda de um debate sobre o uso, a utilidade e, principalmente, sobre uma sólida formação docente, sob pena de correr o risco de continuar a praticar a exclusão digital.

Assim, percebe-se que para a utilização das novas tecnologias na educação se torne eficaz é necessário ocorrer a flexibilidade de pensamento e disposição para reverter o modelo de ensino tradicional para uma prática que acompanhe as transformações as quais a sociedade vem sendo submetida. Sendo a escola parte de um todo social, torna-se imprescindível uma mudança na estrutura escolar, especialmente no que diz respeito à formação docente, pois, apenas desse modo, poderão ser construídas novas configurações de aprender e ensinar com o objetivo de se alcançar um meio social inclusivo e justo.

Como exemplo, de acordo com os resultados já apresentados, pode-se notar que, na escola onde a pesquisa foi realizada, há a presença física de computadores

em quantidade para que as docentes de Língua Portuguesa realizem um trabalho pedagógico com os discentes na sala de aula; o MEC disponibiliza cursos de formação continuada para docentes sobre o uso planejado das tecnologias educacionais, no entanto, muito provavelmente, a falta de viabilização e/ou até mesmo de planejamento estratégico trunca o processo de capacitação das professoras, eminentemente necessária, para a utilização eficaz dos computadores do Prouca junto aos alunos e alunas.

Finalmente, torna-se indispensável perguntar: Qual o papel da educação? Como o computador e ou demais recursos tecnológicos devem ser utilizados nas escolas? Que tipo de inclusão digital as escolas estão proporcionando? Os professores/as professoras têm recebido algum tipo de formação? Como ocorre essa formação docente?

Ao considerar esses e tantos outros questionamentos, nota-se que o momento atual requer uma educação voltada para a democratização do acesso ao conhecimento, produção e interpretação das tecnologias e suas linguagens. Não basta equipar a escola com computadores, pois, o uso desses, em especial na educação básica, deve ser sinônimo de construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Incorporação da Tecnologia de Informação na Escola: vencendo desafios, articulando saberes, tecendo a rede. In: MORAES, Maria Candida (org.). **Educação a Distância: fundamentos e práticas**. São Paulo: UNICAMP/NIED, 2002.

ALMEIDA, Maria Elizabeth de. **ProInfo: informática e formação de professores**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação / Seed, 2000.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Trad.: Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Maurinho Batista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça o UCA**. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/projeto.jsp>>. Acesso em 09 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. (terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.

DE MATTOS, Fernando Augusto Mansor; CHAGAS, Gleison José do Nascimento. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v.13, n.1, p.67-94, jan./abr. 2008.

FREIRE, Wendel. Mídia-Educação: reflexões e práticas de um terceiro espaço. In: _____ (org.). **Tecnologia e Educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1988.

MASETTO, Marcos T. Mediação Pedagógica e Uso da Tecnologia. In: MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 16. ed. São Paulo: Papyrus, 2009.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Formação Docente e Novas Tecnologias. In:_____ (org.). **Novas Tecnologias na Educação**: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002.

MORAN, José Manuel. Ensino e Aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In:_____. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 16. ed. São Paulo: Papyrus, 2009.

MOURA, Mauro Cândido. **Programa Um Computador por Aluno (Prouca)**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.uca.gov.br/institucional/downloads/workshop3_VisaoGeral.pdf>. Acesso em 09 jun. 2014.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SELBACH, Simone; et al. **Língua Portuguesa e Didática**. Coleção Como Bem Ensinar. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4214.pdf>>. Ano XXI, nº 73, dezembro de 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – REQUERIMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS
CAMPUS DE CAJAZEIRAS



REQUERIMENTO

Brejo do Cruz-PB, 04 de maio de 2015

Ilma. Sra. Secretária Municipal de Educação de Brejo do Cruz-PB,

Solicito de Vossa Senhoria a devida autorização para que possamos desenvolver, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Terezinha Garcia Pereira, o Projeto de Pesquisa intitulado **O uso didático do computador nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental**, a ser desenvolvido no período de maio a junho de 2015, tendo como objetivo geral conhecer a metodologia utilizada nas aulas de Língua Portuguesa com o uso do computador do Programa Um Computador por Aluno (Prouca) pelos professores dos anos finais do Ensino Fundamental. A importância do desenvolvimento desse Projeto relaciona-se com a criação/manutenção de políticas públicas relacionadas a um aprimoramento do uso das Tecnologias Educacionais (uso do computador) nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental.

Na certeza do apoio de Vossa Senhoria, agradeço a devida atenção, colocando-me à disposição para que possamos firmar o intercâmbio institucional em favor de uma educação de qualidade.

Atenciosamente,

Ariano Fágner Fernandes Ferreira
Pesquisador

Mestra Lílian de Paiva Rocha
Sec. Municipal de Educação
Recebido em:
04/05/2015

APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE Mestrado Profissional em Letras
CAMPUS DE CAJAZEIRAS

Profletras
mestrado profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar sua participação no estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **O Uso Didático do Computador nas Aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental**

Pesquisador Responsável : **Prof. Dr. Jorgevaldo de Sousa Silva**

Telefone para contato : **(83) 99971891** ou **(83) 3052 2011 (UFCG)**

Pesquisadora participante: **Ariano Fágner Fernandes Ferreira**

Local de coleta dos dados: **Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Terezinha Garcia Pereira**

Objetivo do Projeto de pesquisa

- ◆ Conhecer a metodologia utilizada nas aulas de Língua Portuguesa com o uso do computador do Programa Um Computador por Aluno (Prouca) pelos professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

IMPORTANTE:

- ◆ A pesquisa terá duração de 1 mês, com o término previsto para junho de 2015.
- ◆ Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário, utilizaremos codificações.
- ◆ Os **dados coletados** serão utilizados apenas **NESTA** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.
- ◆ Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.
- ◆ Sua **participação** nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas e apresentar documentos de natureza didático-pedagógica (como planos de ensino/aula) acerca dos procedimentos metodológicos e do uso do computador nas aulas de Língua Portuguesa. Suas respostas orais serão gravadas para posteriores transcrições – que serão guardadas por cinco (05) anos e incineradas após esse período.
- ◆ Você não terá nenhum **custo** ou **quaisquer compensações financeiras**. **Não haverá riscos** de qualquer natureza relacionada a sua participação.
- ◆ O **benefício** relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação contribuindo para elaboração/manutenção de políticas públicas relacionadas a um aprimoramento do uso das Tecnologias Educacionais (uso do computador) nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental.
- ◆ Desde já, muito obrigado!

Prof. Dr. Jorgevaldo de Sousa Silva

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, de Oliveira, RG 2, concordo participar do estudo acima citado como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo na instituição em que ele estuda.

Cajazeiras, ___/___/___

Assinatura do sujeito participante: _____

de Oliveira



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS
CAMPUS DE CAJAZEIRAS

Profletr@as
mestrado profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) de uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar sua participação no estudo, assinie ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **O Uso Didático do Computador nas Aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental**
Pesquisador Responsável : **Prof. Dr. Jorgevaldo de Sousa Silva**
Telefone para contato : **(83) 99971891 ou (83) 3052 2011 (UFCG)**
Pesquisadora participante: **Ariano Fágner Fernandes Ferreira**
Local de coleta dos dados: **Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Terezinha Garcia Pereira**

Objetivo do Projeto de pesquisa

- ◆ Conhecer a metodologia utilizada nas aulas de Língua Portuguesa com o uso do computador do Programa Um Computador por Aluno (Prouca) pelos professores dos anos finais do Ensino Fundamental.

IMPORTANTE:

- ◆ A pesquisa terá duração de 1 mês, com o término previsto para junho de 2015.
- ◆ Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário, utilizaremos codificações.
- ◆ Os **dados coletados** serão utilizados apenas **NESTA** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.
- ◆ Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.
- ◆ Sua **participação** nesta pesquisa consistirá em responder a perguntas e apresentar documentos de natureza didático-pedagógica (como planos de ensino/aula) acerca dos procedimentos metodológicos e do uso do computador nas aulas de Língua Portuguesa. Suas respostas orais serão gravadas para posteriores transcrições – que serão guardadas por cinco (05) anos e incineradas após esse período.
- ◆ Você não terá nenhum **custo ou quaisquer compensações financeiras**. **Não haverá riscos** de qualquer natureza relacionada a sua participação.
- ◆ O **benefício** relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Educação contribuindo para elaboração/manutenção de políticas públicas relacionadas a um aprimoramento do uso das Tecnologias Educacionais (uso do computador) nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental.
- ◆ Desde já, muito obrigado!

Prof. Dr. Jorgevaldo de Sousa Silva

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, concordo participar do estudo acima citado como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer prejuízo na instituição em que ele estuda.

Cajazeiras, ___/___/___

Assinatura do sujeito participante: _____

APÊNDICE C – SLIDE PRODUZIDO PARA A CONDUÇÃO DA OFICINA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

OFICINA DE UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA
ESCOLAR

CAJAZEIRAS – PB
2016

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS NA PRÁTICA

ARIANO FÁGNER FERNANDES FERREIRA



**APRESENTANDO OS
MULTIMEIOS E SUAS
POSSIBILIDADES DE
USO NA EDUCAÇÃO**

O QUE SÃO?

**PARA QUE
SERVEM?**

MULTIMEIOS

**ONDE PODEM SER
UTILIZADOS?**

ATRIBUINDO SIGNIFICADO...

O Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI não apresenta uma significação para o verbebo “MULTIMEIOS”, entretanto, pode-se atribuir significação a essa palavra ao considerar que:

MULT(I) = muito, numeroso

Enquanto MEIO pode ser entendido como o recurso e/ou ferramenta.

ATRIBUINDO SIGNIFICADO...

Dessa forma, pode-se classificar
MULTIMEIOS como os diversos recursos
tecnológicos existentes.

OUTRAS SIGNIFICAÇÕES SISTEMATIZADAS

ATRIBUINDO SIGNIFICADO...

Multimeios é uma área da Comunicação Social que estuda o advento de novas mídias (ou meios) para transmissão de mensagens, suas linguagens e seu impacto na sociedade. De um maneira mais técnica, estuda o campo da multimídia, em toda sua abrangência. (WIKIPÉDIA)

ATRIBUINDO SIGNIFICADO...

Os Mídias em Educação podem ser compreendidos como a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como recursos pedagógicos e a aplicação correta daquelas em sala de aula. (DANTAS; SEVERO FILHO)

**AGORA QUE VOCÊ
COMPREENDEU O CONCEITO,
QUE TAL ELENCAR OS
MULTIMEIOS QUE VOCÊ
CONHECE?**

**VAMOS CONHECER ALGUNS
MULTIMEIOS!**

MÁQUINA DE DATILOGRAFAR



O COMPUTADOR E A INTERNET



O RÁDIO E A RÁDIO



O TELEVISOR E A TELEVISÃO



VÍDEO CASSETE



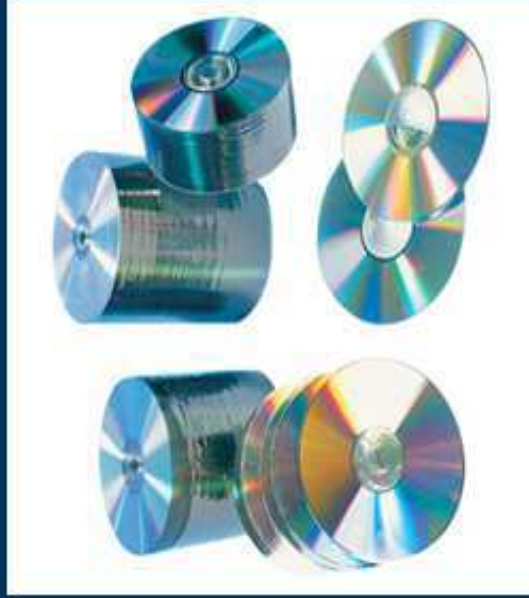
FITAS K7 E DE VÍDEO



APARELHO DE DVD



MÍDIAS DIGITAIS



PEN DRIVE



RETROPROJETOR



DATA-SHOW



CÂMERA FOTOGRÁFICA



FILMADORA



CELULAR



**SABEMOS QUE AS TIC SEMPRE
ADQUIREM UM CARÁTER
INOVAACIONAL.**

VAMOS PENSAR UM POUCO?

**POR QUE ISSO
OCORRE ?**

**A QUEM
ATINGE ?**

QUAIS OS EFEITOS ?

**APÓS TODO ESSE PERCURSO,
QUE TAL PENSAR EM MODOS DE
UTILIZAR ESSAS E OUTRAS TIC'S
EM SALA DE AULA? NÃO SE
ESQUEÇA DE FAZER ISSO DE
MODO SIGNIFICATIVO!**

REFERÊNCIAS

DANTAS, Raquel; SEVERO FILHO, João. Multimeios em Educação. Disponível em: <<http://www.nead.ftb-se.edu.br/course/info.php?id=24>>. Acesso em 08 de maio de 2014.

IMAGENS. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em 08 de maio de 2014.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre.

APÊNDICE D – MODELO DE PLANO DE AULA**PLANO DE AULA – USO DAS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS****I - IDENTIFICAÇÃO**

Professor(a): _____

Componente Curricular: _____

Ano/Segmento/Turno: _____

Data/Período da realização: ____/____/____

II - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- _____

- _____

- _____

III - CONTEÚDO(S) TRABALHADO(S)

IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

V - AVALIAÇÃO

VI - RECURSOS

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
---	---

VII – REFERÊNCIAS

VIII – OBSERVAÇÕES

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFª. TEREZINHA
GARCIA PEREIRA

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins de direito que estamos de acordo com a execução da pesquisa intitulada “**O uso didático do computador nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental**”, que será realizada pelo mestrando Ariano Fágner Fernandes Ferreira, sob a orientação do Prof. Dr. Jorgevaldo de Sousa Silva, a qual terá o apoio desta Instituição.

Esta Instituição está ciente de suas co-responsabilidades como co-participante do presente projeto de pesquisa e do compromisso em verificar seu desenvolvimento para que se possa cumprir os requisitos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, como também, no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes, assegurando a infraestrutura necessária.

Brejo do Cruz – PB, 04 de maio de 2015


Maria do Socorro Garcia Pereira
- Diretora Escolar -
Maria do Socorro Garcia Pereira
Adm. Escolar
Mat. 152-A

ANEXO B – LEI Nº 12.249, DE 10 DE JUNHO DE 2010**CAPÍTULO II****DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO – PROUCA
E DO REGIME ESPECIAL DE AQUISIÇÃO
DE COMPUTADORES PARA USO EDUCACIONAL – RECOMPE**

Art. 6º Fica criado o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e instituído o Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 7o a 14 desta Lei.

Art. 7º O Prouca tem o objetivo de promover a inclusão digital nas escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou nas escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, mediante a aquisição e a utilização de soluções de informática, constituídas de equipamentos de informática, de programas de computador (software) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Fazenda estabelecerá definições, especificações e características técnicas mínimas dos equipamentos referidos no caput, podendo inclusive determinar os valores mínimos e máximos alcançados pelo Prouca.

§ 2º Incumbe ao Poder Executivo:

- I - relacionar os equipamentos de informática de que trata o caput; e
- II - estabelecer processo produtivo básico específico, definindo etapas mínimas e condicionantes de fabricação dos equipamentos de que trata o caput.

§ 3º Os equipamentos mencionados no caput deste artigo destinam-se ao uso educacional por alunos e professores das escolas das redes públicas de ensino federal, estadual, distrital, municipal ou das escolas sem fins lucrativos de atendimento a pessoas com deficiência, exclusivamente como instrumento de aprendizagem.

§ 4º A aquisição a que se refere o caput será realizada por meio de licitação pública, observados termos e legislação vigentes.

Art. 8º É beneficiária do Recome a pessoa jurídica habilitada que exerça atividade de fabricação dos equipamentos mencionados no art. 7º e que seja vencedora do processo de licitação de que trata o § 4º daquele artigo.

§ 1º Também será considerada beneficiária do Recome a pessoa jurídica que exerça a atividade de manufatura terceirizada para a vencedora do processo de licitação referido no § 4º do art. 7º.

§ 2º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não podem aderir ao Recome.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará o regime de que trata o caput.

Art. 9º O Recome suspende, conforme o caso, a exigência:

I - do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre a saída do estabelecimento industrial de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;

II - da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da:

a) venda de matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando adquiridos por pessoa jurídica habilitada ao regime;

b) prestação de serviços por pessoa jurídica estabelecida no País a pessoa jurídica habilitada ao regime quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 7º;

III - do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins-Importação, do Imposto de Importação e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação incidentes sobre:

a) matérias-primas e produtos intermediários destinados à industrialização dos equipamentos mencionados no art. 7º quando importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime;

b) o pagamento de serviços importados diretamente por pessoa jurídica habilitada ao regime quando destinados aos equipamentos mencionados no art. 7º.

Art. 10. Ficam isentos de IPI os equipamentos de informática saídos da pessoa jurídica beneficiária do Recomepe diretamente para as escolas referidas no art. 7º.

Art. 11. As operações de importação efetuadas com os benefícios previstos no Recomepe dependem de anuência prévia do Ministério da Ciência e Tecnologia. Parágrafo único. As notas fiscais relativas às operações de venda no mercado interno de bens e serviços adquiridos com os benefícios previstos no Recomepe devem:

- I - estar acompanhadas de documento emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, atestando que a operação é destinada ao Prouca;
- II - conter a expressão "Venda efetuada com suspensão da exigência do IPI, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins", com a especificação do dispositivo legal correspondente e do número do atestado emitido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Art. 12. A fruição dos benefícios do Recomepe fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 13. A pessoa jurídica beneficiária do Recomepe terá a habilitação cancelada:

- I - na hipótese de não atender ou deixar de atender ao processo produtivo básico específico referido no inciso II do § 2º do art. 7º desta Lei;
- II - sempre que se apure que não satisfazia ou deixou de satisfazer, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime; ou
- III - a pedido.

Art. 14. Após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços adquiridos ou importados com os benefícios do Recomepe nos equipamentos mencionados no art. 7º, a suspensão de que trata o art. 9º converte-se em alíquota zero.

- I – em isenção, quanto ao Imposto de Importação; e
- II – em alíquota zero, quanto aos demais tributos.

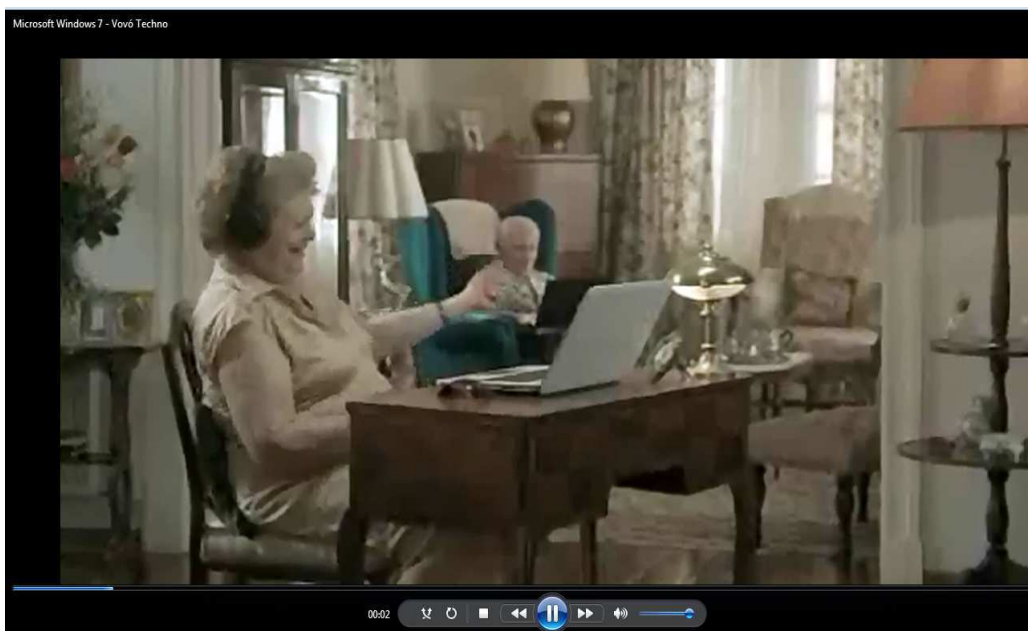
Parágrafo único. Na hipótese de não se efetuar a incorporação ou utilização de que trata o caput, a pessoa jurídica beneficiária do Recomepe fica obrigada a recolher os tributos não pagos em função da suspensão de que trata o art. 9º, acrescidos de juros e multa, de mora ou de ofício, na forma da lei, contados a partir da data de aquisição ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição de:

- I - contribuinte, em relação ao IPI vinculado à importação, à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação;

II - responsável, em relação ao IPI, à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.

ANEXO C – VÍDEO UTILIZADO PARA MOTIVAÇÃO DA OFICINA

VÍDEO: Microsoft - Microsoft Windows 7 - Vovó Techno - Comercial de TV



DISPONÍVEL EM: <<https://www.youtube.com/watch?v=jen3lqHbmAs>>. Acesso em nov. de 2014.